



INSTITUTO DE HUMANIDADES

BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

LUCAS JAIME INDI

**A GUINÉ-BISSAU NO CENÁRIO DO ANTROPOCENO: O CASO DO PARQUE
NACIONAL FLORESTAS DE CANTANHEZ**

REDENÇÃO

2018



INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

LUCAS JAIME INDI

**A GUINÉ-BISSAU NO CENÁRIO DO ANTROPOCENO: O CASO DO PARQUE
NACIONAL FLORESTAS DE CANTANHEZ**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto do curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Antunes Almeida.

REDENÇÃO

2018

LISTA DE SIGLAS

(OMM) - Organização Meteorológica Mundial

IBAP- Instituto de Biodiversidade e de áreas protegidas

IPCC-Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Do Clima

ONGs - Organizações Não Governamentais

PAIGC - Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde

PNAC- Parque Natural das Alagoas de Cufada

PNC- Parque Nacional De Cantanhez

RENAP- Rede Nacional das Áreas Protegidas

UCCMRC-União dos Comités de Cogestão dos 15 Matos Reservados de Cantanhez

UE-PANEE- União Europeia-Programa De Apoio Aos Atores Não Estatais “*No Pintcha Pa Dizinvimentu*”

UNEP- United Nations Environment Programme (Programa Das Nações Unidas Para O Ambiente)

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO:

1 APRESENTAÇÃO.....	5
1.1 O DEBATE SOBRE O AQUECIMENTO GLOBAL: BREVE SOBREVUO...6	
1.2 O CONCEITO DE ANTROPOCENO.....9	
2 JUSTIFICATIVA.....12	
3 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA.....14	
4 OBJETIVOS.....16	
4.1 OBJETIVO GERAL.....16	
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....16	
5 REVISÃO DA LITERATURA.....17	
5.1 O ESTADO DA GUINÉ-BISSAU E O CENÁRIO AMBIENTAL.....17	
5.2 POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE A CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NA GUINÉ-BISSAU: AVANÇOS E RETROCESSOS19	
5.4 PARQUE NACIONAL MATOS DE CANTANHEZ.....22	
5.5 DIFERENTES CONCEPÇÕES ENTRE CORRENTES DO ECOLOGISMO.....23	
5.6 A CONCEPÇÃO NALU SOBRE O MEIO AMBIENTE: “OS DUNUS DI TCHON”25	
5.7 CONFLITO AMBIENTAL NO SUL DA GUINÉ-BISSAU: O CASO DE CANTANHEZ NA REGIÃO DE TOMBALI.....26	
6 METODOLOGIA.....31	
7 REFERÊNCIAS.....32	

1 APRESENTAÇÃO:

1.1 O debate sobre o aquecimento global: breve sobrevoo.

Mesmo que o desequilíbrio no funcionamento dos ecossistemas global seja visível e notório, as divergências de opiniões em torno do efeito de práticas antrópicas sobre as mudanças climáticas ainda estão presentes nas mesas dos debates científicos e políticos. De igual modo, apesar que o saber dos grupos étnicos tradicionais sobre a conservação ambiental tem contribuído para uma boa preservação e conservação ecológica, existe ainda uma luta de reconhecimento de tais conhecimentos no presente período geológico do antropoceno.

Um dos atores a serem estudados neste projeto de pesquisa serão grupos étnicos tradicionais da região de Tombali do Sul da Guiné-Bissau. Mas, antes de tudo, pensar no problema ecológico nos remete a ideia de mudanças climáticas que também nos autoriza pensar nos tipos de discursos científicos e políticos envolvidos no debate sobre esta matéria. As narrativas a seguir darão esclarecimento sobre esse assunto.

Tiago Ribeiro Duarte (2004) apresenta uma abordagem histórica sobre esse assunto. O autor afirma que discussões sobre aquecimento global emergiram a partir de década de 80 do século passado e enfatiza que, a partir de então, a comunidade científica passou a observar que as práticas antropogênicas, tais como as emissões de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera, provocavam uma elevação das temperaturas globais, processo que está ligado ao efeito estufa.¹

Para Ana Maria H. De Avila (2007), a criação de algumas instituições climáticas se deu por meio do reconhecimento de que atuação humana altera o clima. Este foi o objetivo da criação da Organização Meteorológica Mundial (OMM) e do United Nations Environment Programme (UNEP), que em 1988 criaram o Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima (IPCC) cuja a finalidade é informar publicamente os impactos dessa alteração e igualmente apresentar estratégias para adaptação e mitigação dos seus efeitos.

¹ Os gases responsáveis pelo efeito estufa, como vapor de água, clorofluorcarbono (CFC), ozônio (O₃), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O) e o dióxido de carbono (CO₂), absorvem uma parte da radiação infravermelha emitida pela superfície da Terra e irradiam, por sua vez, uma parte da energia de volta para a superfície (Fig.1). Como resultado, a superfície recebe quase o dobro de energia da atmosfera em comparação com a energia recebida do Sol, resultando em um aquecimento da superfície terrestre em torno de 30°C. Sem esse aquecimento, a vida, como a conhecemos, não poderia existir (DA COSTA SILVA; DE PAULA, 2009 P. 02).

Conforme José Correa Leite (2015), as contestações a respeito da existência de mudanças climáticas envolvem fortemente o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Esta instituição apresenta relatórios com suas respectivas conclusões sobre o clima envolvendo aceitação por parte dos representantes dos governos. Entretanto, tem existido uma luta de aspirações políticas sobre o que fazer a respeito delas. Portanto, é preciso saber quais são contendas que giram em torno das formações discursivas ideológicas colocadas como científicas nessa problemática.

Dessa forma, podemos perceber então que a controvérsia sobre mudanças climáticas envolve o ângulo político e científico. Ainda nesta questão, Tiago Duarte Ribeiro (2004) nos explica que, a ideia da existência do aquecimento global antropogênico nunca teve postura consensual devido a existência de grupos de cientistas ditos céticos que a refutam. Esses cientistas acreditam que o aquecimento do planeta teria por motivo não as causas antropogênicas, mas sim as causas naturais.

Essa discussão de caráter científico e político, não deixa, por outro lado, de incluir a sociedade ou o público ‘leigo’, uma vez que o problema em questão pode afetá-lo diretamente. Por um lado, o problema climático global refere-se ao nosso ecossistema, ou seja, engloba o mundo num todo, quer cientistas ou políticos, quer também a sociedade civil, por isso, apesar de haver aversões, grande parte dos cidadãos estão preocupados com este problema.

As narrativas de Naomi Oreskes (2007) nos mostram que uma declaração foi divulgada pela revista *Discovery* em 2004 revelando que, por razões antrópicas, o clima está se aquecendo. Naomi alega não existir discrepância em relação a esse problema, ao passo que, uma pesquisa de opinião efetuada pela revista *Times* demonstra que a porcentagem dos norte-americanos que acreditam na existência do aquecimento global é apenas de 56%. Ademais, muitos americanos acreditam que há mais controvérsia em torno do assunto do que a existência do próprio fato. Nessa divergência de opinião se diz que tais dúvidas foram invocadas para justificar a recusa americana de se juntar ao resto do mundo na resolução do problema.²

Apesar de existirem um setor da população norte-americana que dúvida sobre os efeitos antrópicos na aceleração do aquecimento global, baseando-se na ideia de que em ciência as “ideologias” tendem a interferir na dinâmica de investigação, experimentação

“In some quarters, these doubts have been invoked to justify the American refusal to join the rest of the world in addressing the problem.” (ORESQUES, p. 02).²

e na publicação dos resultados, as pesquisas realizadas pelas instituições científicas do clima em sua maioria aceitam o fato de que está ocorrendo uma mudança climática e de que os humanos são os grandes responsáveis por estes eventos.

Isso pode ser visto na pesquisa “*Climate Change*” do Institute for Scientific Information-ISI, na qual se descobre que a maior parte dos trabalhos encontrados na *Web of Science* assegura que decorre aquecimento global e que o mesmo tem origem antrópica. Também, a investigadora desse assunto, Naomi Oreskes salienta que o clima destoa cada vez mais os modelos previam e além da ação antrópica não existe mais outro esclarecimento (ORESQUES, 2007).

Percebe-se que dentro da comunidade científica a dinâmica do trabalho está vinculada não apenas ao objetivo da investigação e apuramento dos dados credíveis que visam construção do conhecimento dentro de uma certa área do saber, mas sim, que o aspecto exterior da comunidade científica interfere na dinâmica das pesquisas.

Precisamente isso foi uma das declarações de (DUARTE, 2004) quando disse que, a imparcialidade e neutralidade são aspectos sérios quando se trata de controvérsias científicas, visto que, alguns grupos estariam falsificando as teorias devido interesses que os levam a abandonar uma postura de neutralidade e imparcialidade, fato verificado entre aqueles que negam a teoria do aquecimento antropogênico.

É justamente a partir dessa situação que o Harry Collins demonstra que controvérsias científicas não se encerram uma vez que cada um dos grupos de cientistas luta para apresentar dados credíveis ou experimentos que provam de forma irrefutável a superioridade de suas teorias. Aliás, teria que haver um consenso advindo da ordem social para que tal controvérsia atenuasse (COLLINS, 1992 apud DUARTE, 2004).

Sendo dessa forma, compreende-se que, uma maneira de entender a questão da controvérsia em torno do aquecimento global seria estudar as dinâmicas próprias à comunidade científica a respeito de avaliação das evidências e teorias que são postas pelos diferentes grupos de cientistas. Nisso coloca de fora o que se diz o “mais correto, mas sim o que é mais aceite pela comunidade científica”. O foco passa a ser a busca de relevância que ambas teorias envolvidas nessa controvérsia possuem. Isso fica claro ao analisar os 928 artigos lidos por Naomi Oreskes na sua consulta à revisão da literatura científica. A maioria dos 928 textos não rejeitaram a teoria do aquecimento global antropogênico, o que serviu para avaliar quantitativamente a presença dos céticos nas publicações científicas (DUARTE, 2004).

Vista a partir duma outra perspectiva, surge o questionamento por parte de outra investigadora a respeito do procedimento pelo qual se chega na análise e avaliação que possibilita saber qual dos lados da controvérsia teria mais evidências claras sobre o problema. Isto é, por meio da identificação da quantidade de pesquisas envolvidas no reconhecimento da ideia de que existe um aquecimento do planeta.

Entre essas críticas levantadas, destaca-se Steven Yearley (2009), que afirma que há uma dificuldade lógica com o argumento do tipo apresentado por Oreskes. Segundo o referido texto, apresentar o fato de que as pessoas que publicaram na literatura científica são profundamente a favor da realidade da mudança climática não é uma evidência que possa provar que o acesso à literatura não é distorcido em favor dessas visões. A autora sublinha que isso só poderia ser apenas quando o acesso às oportunidades de publicação é acordado de forma imparcial e que se possa supor que os padrões de publicação refletem atitudes corretas.

Sobre o mesmo assunto, Duarte (2004) sublinha que a razão disso é que, quando é formado um consenso, cientistas tendem a deixar teorias “derrotadas” colocando seus esforços para aperfeiçoar a teoria “vencedora”. Consequentemente, essa teoria “derrotada” perde espaço no sistema de revisão por pares. Contudo, a popularidade da teoria cética se manteve nos EUA e esteve na base da rejeição do país em criar políticas climáticas ou assinar tratados internacionais de redução das emissões de dióxido de carbono. Portanto, ele reitera que as teorias dos céticos têm pouco espaço entre a literatura científica, contudo, tais ideias ainda proliferam através da mídia e de internet provocando sérias confusões nos cidadãos.

Bruno Latour (1994) apresenta uma das maiores críticas em relação à separação moderna entre o científico e político, ao apresentar um conjunto de ‘objetos’ estranhos ao nosso mundo, híbridos de natureza e cultura, entidades como: vírus da AIDS, buraco de ozônio, robôs munido de sensores, embriões congelados e poluição dos rios. O autor sublinha que, tradicionalmente a competência científica foi de realizar a gestão da natureza e dos políticos organizar a sociedade, porém, tal divisão de funções até então tem apresentado cada vez mais a inaptidão de dar conta de tanta propagação dos híbridos presentes na nossa vida, ao mesmo tempo ele questiona a concepção científica sobre a natureza. Igualmente afirma que, a sociedade e a natureza são categorias profundamente separadas através do “projeto ontológico” empreendido pela “modernidade” desde muito tempo.

1.2 O conceito de antropoceno

Percebe-se que a mudança do comportamento do planeta e dos seus ecossistemas é um fato historicamente observado por diferentes pesquisadores. Estes asseguram que as transformações ocorridas por fatores naturais não são elementos causadores de toda a mudança climática verificada no presente período geológico, mas sim, são as práticas antrópicas que determinam o funcionamento da biosistema em que os humanos são tecnicamente agredidos.

Adentrando nesta matéria, os escritos de Dipesh Chakrabarty (2009) trazem uma abordagem bem explícita procurando retirar a ambiguidade existente dentro desta temática. Na sua obra nomeada de “*O clima da história: quatro teses*”, o autor aponta que:

A atual crise planetária da mudança climática ou do aquecimento global desperta várias reações em indivíduos, grupos e governos, que vão desde a negação, o afastamento e a indiferença até um espírito de ativismo e engajamento de diversos tipos e graus. Essas reações ocupam toda a nossa percepção do agora (CHAKRABARTY, 2009, p. 02).

Ainda, o investigador sublinha que o advento histórico revela que a trajetória humana ligada ao que podemos designar como “arquitetura das grandes instituições civilizatórias”, quer dizer, os primórdios da agricultura, a fundação das cidades, o surgimento das religiões e a invenção da escrita tiveram início a cerca de 10 mil anos atrás aproximadamente, isso foi no momento em que o planeta estava transitando de um período geológico conhecido por a última era do gelo, isto é, o pleistoceno³ para a mais hodierna, o Holoceno⁴.

Para ele, essa transformação ocorreu devido o fenômeno chamado *Milankovich* designado como um processo de inclinação entre o sol e a terra e de relações orbitais que possibilitam uma temperatura estável do planeta que conduz o crescimento de gramíneas (Plantas monocotiledôneas encontradas em diversas regiões do planeta, são muito usadas na alimentação trigo, cevada, arroz, aveia, milho e cana-de-açúcar). Tornaria impossível configurarmos a nossa forma de vida industrial e agrícola se não houvesse esse incidente. Nesse sentido, o autor sublinha que:

Quaisquer que sejam nossas escolhas socioeconômicas e tecnológicas, quaisquer que sejam os direitos que desejemos celebrar como nossa

³Conforme Pedro Jacobi (2013), *pleistoceno* seria um período geológico ocorrido a cerca de 2,58 milhões de anos atrás cujo mudanças climáticas foram radicais, este período terminou já a 11.700 anos.

⁴Para Viola Basso (2016), há aproximadamente 11 mil anos que terminou a última glaciação e o planeta entrou em uma era geológica de clima mais ameno e estável, chamada de *Holoceno*. Nesse caso, o *pleistoceno* é um período geológico que sucedeu o *Holoceno*.

liberdade, não podemos nos permitir desestabilizar as condições (por exemplo, a zona que as temperaturas prevalecem no planeta) que funcionam como parâmetros determinantes da existência humana. Esses parâmetros não dependem do capitalismo ou do socialismo. Eles se mantiveram estáveis há muito mais tempo que a história dessas instituições e permitiram que os seres humanos se convertessem na espécie dominante da Terra. Infelizmente, tornamo-nos hoje um agente geológico perturbador dessas condições paramétricas necessárias à nossa própria existência⁵. (CHAKRABARTY, 2009, p. 10).

O químico e prêmio Nobel, Paul Jozef Crutzen (2000), foi quem pela primeira vez apresentou o conceito de Antropoceno para esta nova era geológica. Segundo ele, é um período que assinala uma nova etapa na história da Terra e da humanidade, no qual, as forças naturais e forças humanas tornaram-se emaranhadas, de modo que o destino de um determina o destino do outro. Geologicamente, este é um episódio notável na história atual do planeta.

Conforme a discussão apresentada até aqui, torna-se compressível que o continente africano no qual a Guiné-Bissau se insere, não deve estar apartado desse quadro de dilemas socioambientais no presente período do antropoceno. Visto que, tal subversão provocada pelo presente modelo global do desenvolvimento acaba por desequilibrar a dinâmica dos ecossistemas impactando negativamente na vida de maior parte da população do continente. Essa situação tem constituído uma séria preocupação de vários pesquisadores, ambientalistas e diversos movimentos sociais que se voltaram à preservação do meio ambiente.

Precisamente, é nesse sentido que surgem algumas inquietações sobre a problemática ambiental na Guiné-Bissau e, isso nos autoriza levantar alguns questionamentos sobre o diverso mecanismo de exploração e preservação do meio ambiente no país. Tendo em vista o histórico de exploração e preservação do ambiente, principalmente no sul do país (na região Tombali), o presente projeto de pesquisa pretende compreender como se dão as correlações de forças e as diferentes concepções sobre o assunto ambiental. Igualmente, isso nos obriga identificar as políticas públicas ligadas a proteção ecológica nessa região desencadeada pelo governo de Bissau guineense e pelas organizações não governamentais-ONGS. Trata-se de entender o cenário ambiental atual dessa região, trazendo à tona as crises ambientais pregressas e as que ainda persistem. A população local desta área será inclusa neste estudo, uma vez que a sua concepção sobre o meio ambiente constitui parte principal do objeto desta proposta de pesquisa.

⁵ Grifos nossos.

Neste caso, a primeira etapa deste projeto de pesquisa desenvolver-se-á por meio de consultas bibliográficas referentes ao assunto ambiental na Guiné-Bissau. Trata-se de um estudo de caso referente a uma situação conflituosa entre agentes estatais e a população da região de Tombali no sul do país. Entretanto, vale a pena sublinhar que o contexto histórico de exploração da natureza nesse país tem suas origens a partir do contexto colonial semelhante ao que ocorre em outros países africanos.

Para Gen Yamakoshi Leblan (2013), a história da conservação moderna do meio ambiente em África tem sua origem a partir da era colonial, cujas grandes reservas naturais foram estabelecidas pelos governos coloniais de diferentes países africanos tendo como foco a proteção dos animais de caça que se encontravam em risco de esgotamento e também a proteção de paisagens por motivos estéticos e de lazer.

Não obstante, vale apenas questionar até que ponto o interesse de proteger os animais por motivo de caça e do espaço estético para lazer pode tornar significativo de modo geral para conservar os ecossistemas existentes em diferentes localidades desses países, ou seja, até que ponto esse sistema de conservação pode contribuir para a configuração de boa relação entre os habitantes e a natureza e quais são os agentes mais beneficiários dessa política de conservação.

Nessa lógica, em jeito de mostrar teoricamente a existência do não reconhecimento dos saberes tradicionais na conservação ambiental a mesma escritora, Gen Yamakoshi Leblan (2013, p. 03) questiona o seguinte:

Como os cidadãos das áreas afetadas respondem às políticas de conservação que foram forçados sobre eles por governos coloniais e atualmente por governos pós-independência? Ainda ela alega que, essas pessoas cujos direitos fundiários e sistemas de uso da terra foram ignorados, e que em muitos casos não recebem nenhuma compensação em terra ou dinheiro em contrapartida daquilo que foi explorado nas suas terras acabam geralmente por criticar o estabelecimento e operação de áreas reservadas nas suas habitações.

2. JUSTIFICATIVA

Se consideramos a Guiné-Bissau como uma nação que possui sua própria história facilmente perceberíamos que a sua história inquieta muitos indivíduos quer sejam guineenses, quer não sejam eles. A conexão inevitável entre os problemas anteriores com os de agora na Guiné-Bissau é uma questão incontestável que provoca muitos cientistas sociais a pesquisarem como as coisas foram estruturadas historicamente até agora. Neste

caso, os problemas da crise política, econômica, sociocultural e ecológica constituem diferentes tipos de análise nos livros, jornais, artigos, dissertações e em debates e críticas voltadas ao país. Como se pode notar, o assunto que está sendo debatido neste trabalho gira em torno da problemática ecológica na Guiné-Bissau.

Foi o contexto histórico de exploração e preservação ambiental que me provocou a investigar a articulação de diferentes concepções sobre o meio ambiente entre os agentes que Marina Padrão Temudo (2009, 2012) considera estarem em conflito ambiental.

Volto-me a este tema porque acredito que o baixo nível de pesquisa no país atrapalha o descobrimento de soluções para vários problemas, sobretudo os da esfera rural cotidiano pois, parecem ser ocultos. Nesse sentido, a relevância de identificar as diferentes concepções sobre a natureza atende a seguinte lógica: na medida em que uma concepção sobrepõe e afeta o outro ela provoca violência e aversões tanto no âmbito político como também cultural, portanto, vislumbrar cautelosamente essa problemática nos coloca um desafio de evitar os erros já cometidos e criar novas estruturas ou novas configurações.

O desejo de trabalhar com esse tema justifica-se por razões acadêmicas, políticas e sociais. A primeira razão conta-se com a importância que diferentes fatores históricos e antropológicos abordados poderão proporcionar um conhecimento apurado sobre como são articuladas diferentes concepções sobre meio ambiente no processo de preservação de parque nacional de Cantanhez no sul da Guiné-Bissau. Igualmente nos ajuda a conhecer a cultura endógena de povos indígenas da região de Tombali, que contém uma concepção sobre a natureza pouco estudada.

O segundo motivo baseia-se no reconhecimento da realidade vivida pela população rural do sul do país (*nalus, sussos balantas, fulas, pepel*, etc.), bem como dos erros politicamente empreendidos na preservação ambiental ao longo do período pós independência e as suas respectivas correções, pois servem como empecilhos para concretização de uma boa administração pública. E, isso fornece o entendimento de que o debate público em torno de um problema deve contar com atores que não encontram eco de suas vozes face aos seus próprios dilemas, pois estes não podem ser *outsiders* na construção de políticas que se voltaram para as suas áreas. Portanto, o tema deste trabalho serviria como informação ao governo e aos políticos de modo geral a avaliarem de forma

positiva o conhecimento tradicional na preservação do meio ambiente, em particular a população residente no parque nacional de Cantanhez⁶.

A terceira relevância deste trabalho é que ela pode contribuir para minimizar ou atenuar os choques existentes em torno de preservação ambiental entre grupos sociais étnicos, o Estado e as organizações não governamentais, proporcionando assim, um diálogo coeso entre os mesmos.

Como se vê, aguarde-se que este trabalho sirva de grande valor para com o povo de floresta, sobretudo os da região de Tombali, também para o governo guineense e as ONGs internas e externas que atuam na área de preservação ambiental principalmente na zona rural do país. Ainda se espera que este trabalho possa servir de grande valor na academia contribuindo na pesquisa de investigadores da área ambiental e outros interessados na Guiné-Bissau.

3. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Podemos observar conforme a seção anterior de que há povos distantes de grandes metrópoles urbanos que lutam pela justiça ambiental. Estes não foram os principais protagonistas no cenário da transformação climática, pelo contrário, muitas de suas práticas podem ser lidas como resistências ao processo de aquecimento global. Vale notar que muitas lutas desencadeadas pelos movimentos sociais emergiram aproximadamente na década de 1980. Andréa Zhouri e Klemens Laschefski (2010, p. 01), ao falar do cenário brasileiro, observam que:

A década de 80 representa um importante marco histórico e simbólico para as lutas ambientais. Após a morte de Chico Mendes, em 1988, as ideias de “uso sustentável da natureza” e da existência dos “povos da floresta” se consolidaram. Indígenas, ribeirinhos, seringueiros e demais grupos tradicionais se tornaram protagonistas do “desenvolvimento sustentável”, noção que ganhou reconhecimento internacional na II Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Com efeito, foi neste evento que uma centena de países concordaram sobre a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento assentado no tripé economia-ecologia-equidade social.

Nesse sentido, podemos também perceber que, os países africanos são inseridos nesse quadro de luta pela justiça ambiental. Em particular, as zonas subdesenvolvidas,

⁶ A palavra Cantanhez na língua dos *Nalu* significa montanha ou lugar montanhosa.

sobretudo África Subsaariana em que a extração histórica dos seus recursos traz certos efeitos ambientais que possui uma especificidade de ser muito mais próxima das populações que vivem em contato com os meios naturais (DOS SANTOS, 2009).

Este assunto é abordado nos escritos de Tandon (1995 apud DOS SANTOS, 2009) quando sublinha que, a atitude africana se torna mais pragmática devido os recentes problemas ambientais conjugados no continente. Hoje, o caráter se refere à luta pela preservação da natureza, pela configuração de estilos de vida estáveis na tentativa de reviver as crenças ancestrais acerca das relações entre humanos e não humanos.

É preciso observar que uma boa configuração das comunidades camponesas situadas em grande parte dos países africanos depende muito da disponibilidade dos recursos ambientais. A diversidade dos elementos ambientais que constituem a riqueza do continente e a incapacidade dos ecossistemas provocada tanto pelas causas naturais como humanas tornaram fatores que têm vindo a determinar os interesses dos diversos pesquisadores, no âmbito público, privado e da sociedade civil, que dum forma direta ou indireta desenvolvem ações que visam estabelecer um equilíbrio socioambiental (BRITO, B. 2013).

Sendo assim, no entendimento de Brito (2013), tais estratégias devem ser empreendidas através do reconhecimento local, nacional, regional ou até mesmo internacional, no qual, se cria o estatuto de proteção das áreas e das espécies que se encontram numa situação de vulnerabilidade. Em diversas abordagens científicas, as reservas da Biosfera ou áreas protegidas são consideradas como laboratórios vivos que possibilitam uma interação entre a natureza e os humanos.

Por um lado, a urgência de uma prioridade de desenvolver ações de conservação ambiental no contexto africano tem vindo a ser determinado por dois motivos relevantes, a saber: em primeiro lugar, são de interesses especiais a variedade de ecossistemas cuja as áreas são ricas em biodiversidade de fauna, flora e com destaque para a riqueza marítima; em segundo lugar, os impactos da intervenção humana quer através de exploração de recursos vivos ou inativos, quer também por uma elevação sistemática de alterações nos ecossistemas que agravam a situação ambiental nas regiões do continente (DOS SANTOS, 2009).

Vista a partir desta lógica, o presente projeto de pesquisa surge essencialmente nesse contexto que considera o antropoceno como a nova era geológica que está sendo dominada pelas ações humanas, portanto, volta-se a pensar a questão ambiental no continente africano, em particular, na Guiné-Bissau. Interessa-me discutir o processo de

preservação ambiental no sul do país, particularmente na região Tombali. Estou interessado na investigação de diferentes concepções sobre o meio ambiente dos atores envolvidos na exploração e preservação do meio ambiente no país, isto é, no caso concreto do Estado, das Organizações Não Governamentais-ONGs e das populações locais.

Por outras palavras, pretendo produzir um certo mapeamento da problemática ambiental a partir de uma narrativa sobre um conflito que envolve diferentes atores internos e externos no processo histórico de preservação do meio ambiente, fato que veio a originar a criação de parque nacional das Matas de Cantanhez, no sul do país. Partindo deste caso, o projeto propõe endereçar o seguinte problema: Como são articuladas as diferentes concepções sobre o meio ambiente entre os atores envolvidos no conflito ambiental do parque nacional das Florestas de Cantanhez?

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral:

Identificar as diferentes concepções sobre o meio ambiente articuladas pelo Estado, pelas ONGs e pela população de Cantanhez.

4.2 Objetivos específicos:

- Compreender a atuação do Estado e as políticas públicas ligadas à proteção ecológica na região.
- Compreender o processo por meio do qual se dá acesso aos recursos naturais entre atores envolvido na preservação de matas de Cantanhez e as suas diferentes concepções sobre o meio ambiente.
- Estudar o histórico de exploração ambiental e as causas do conflito entre agentes internos e externos nas Florestas de Cantanhez.

5. REVISÃO DA LITERATURA

5.1 O estado da Guiné-Bissau e o cenário ambiental

Sem desconsiderar o valor clássico do conceito do Estado oferecido por muitos pensadores do passado, gostaria de trazer à tona a conceito moderno do Estado Nação a partir da concepção do Anthony Giddens (2008). Em sua obra intitulada “O Estado-Nação e a Violência” o pesquisador revela que, além das duas noções do Estado entendido na linguagem comum como um aparato de governo ou poder cujo um sistema social é subordinado a esse governo ou poder, hoje, o Estado-Nação pode ser designado como uma forma de organização política que mantém o privilégio exclusivo de administração sobre um território demarcado, sancionado por lei e por um controle direto dos meios internos e externos de violência. Nesse sentido, podemos compreender que o Estado possui um formato legítimo que lhe possibilita sistematicamente apropriar de um certo tipo de material que mantenha a continuidade de sua operação ou sua própria existência.

Isso pode ser percebido nas palavras de Iussufi Mané (2014) quando ele salienta que, o território rico ou pobre, grande ou pequeno, marítimo ou encravado, é na compreensão conjunta da teoria geral de Estado e do Direito internacional como a base geográfica no sentido espacial e física onde o poder político e jurisdicional do Estado atua coercitivamente sobre os indivíduos, sendo portanto uma estrutura física e espacial materialmente formada pela terra firme ou pela plataforma continental incluindo o subsolo também rios, lagos e mares internos, pelo mar territorial, e pelo espaço aéreo.

Ainda, o pensador acrescenta que, com essas condições a finalidade do Estado seria, no entanto, manter a ordem, assegurar a defesa, promover a justiça, o bem-estar e o progresso da sociedade, ou seja, garantir o Bem Comum (MANÉ 2014).

Vista a partir da perspectiva desses dois autores, vale a pena observar que a República da Guiné-Bissau, todavia é um país pequeno, mas não está apartada das condições que um Estado-Nação. Em termos jurídicos possui várias possibilidades ou privilégios de exercer suas funções com base a formular políticas que possam corresponder sobremaneira com as expectativas da sociedade civil, ou seja, dos povos que ainda dependem muito destas ações para sobreviverem.

Por um lado, o próprio país agrega um conjunto de condições em termos de recursos naturais que são muito importantes para ajudar na manutenção da vida de população. Mostra-se a partir da leitura que se segue as narrativas que explicam de forma

mais clara esse assunto, porém, antes de tudo, torna-se necessário apresentar um breve contexto histórico da sua localização geográfica.

O Projeto Tecnologias Geoespaciais Na Demarcação E Gestão De Fronteira Da Guiné-Bissau-GEOBOUND (2016), revela que uma das primeiras regiões africanas da colônia portuguesa a ser demarcada foi a Guiné-Bissau. A sua delimitação foi feita pelo acordo de Portugal e França referente à demarcação das possessões dos respectivos países na África Ocidental. O processo ocorreu na França em 1886 e depois foi aprovado em Lisboa a 31 de agosto do mesmo ano.

Conforme o Instituto Nacional De Estatística E Censos-INEC (2005), a Guiné-Bissau na sua zona Leste e Sul faz fronteira com República da Guiné-Conakry, ao Norte e Leste com a República do Senegal. O país tem uma superfície de 36.125 km², contendo uma parte continental e outra insular que engloba o Arquipélago dos Bijagós, composto por cerca de 90 ilhas e ilhéus incluído vários rios, entre os quais são: o Cachéu, o Mansoa, Corubal, o Geba e entre outros.

Adentrando no assunto que concerne a potencialidade da riqueza natural de Guiné-Bissau UNIOGBIS (2017), nos explica que a natureza disponibiliza um patrimônio muito rico na Guiné-Bissau, cujo relevância em biodiversidade é mundialmente destacável, fato que lhe situa numa boa posição na cena internacional, pois, isso atrai apoios para a conservação e desenvolvimento sustentável. Essa condição, ressalta Uniogbis, também pode o transformar num polo eco-turístico. As manchas florestais melhor preservadas do país ficam situadas ao Sul.

Na área do desenvolvimento industrial, a (UE-PAANE⁷, 2013) mostra que, a Guiné-Bissau carece de condições para prestar serviços satisfatórios a necessidade da população, a razão pela qual, a biodiversidade serve como mecanismo alternativo e indispensável na prestação de serviço afim de suprir as necessidades desse povo. Ainda, nas zonas florestais no interior do país, independentemente das ofertas de serviços que disponibilizam à comunidade, também ajudam na proteção em face das ameaças de seca e outras reações climáticas. Também estas florestas exercem uma função ecologicamente extraordinária, devido as suas condições naturais que atraem ou permitem as migrações entre diferentes espécies ao nível nacional e transfronteiriço.

Para o Ministério de Desenvolvimento Rural, Agricultura, Recursos Naturais e Ambiente (2000), existem dois fatores importantes que influenciam a dinâmica do clima

⁷ EU-PAANE – Programa de Apoio aos Atores Não Estatais “Nô Pintcha Pa Dizinvimentu” (órgão financiador-União Europeia).

da Guiné-Bissau: o primeiro refere a sua localização entre o Equador e o Trópico de Câncer, onde o sol através do seu movimento aparente anual consegue atravessar duas vezes pelo o zénite de Guiné e com esse processo consegue arrastar consigo a zona intertropical de convergência; o segundo liga-se no âmbito de sua aproximação ao oceano sob atuação dos ventos alísios marítimos e continentais que formam ali a zona intertropical de convergência determinando assim a diferença de aquecimento entre as massas oceânicas e continentais.

Segundo a UE-PAANE (2013), a Guiné-Bissau dispõe de uma Biodiversidade rica, pois situa-se entre os ecossistemas áridos da África Subsaariana e a eco região de floresta húmida da Guiné, condição que lhe reúne uma diversidade de florestas que vão desde florestas densas e abertas, bosques em galeria e savanas bem arborizadas, ecossistemas importantes mundialmente por serem ricos em plantas e vida animal onde muitas espécies migratórias movimentam. Basicamente, os ecossistemas do país são classificados em três principais categorias: Ecossistemas Urbanos e Litorais; Ecossistemas Marinhos e Ecossistemas Florestais.

5.2 Políticas públicas relativas à conservação do meio ambiente na Guiné-Bissau

Como vimos até aqui, torna-se evidente que a relevância dos ecossistemas da Guiné-Bissau não apenas serve para o próprio contexto nacional, mas também para a esfera internacional, por isso tem-se observado a existência duma necessidade por parte da comunidade internacional e do próprio país de assumirem alguns compromissos em termos cooperativas baseadas nas leis sobre preservação do meio ambiente.

Foi a partir dessa perspectiva que o Instituto da Biodiversidade e das áreas protegidas-IBAP (2008), revela que, no contexto internacional, no qual o país se assume os compromissos de preservação da biodiversidade, designadamente a Convenção sobre a Diversidade Biológica, o Estado deve respeitar tais acordos em benefício da nação na comunidade internacional, igualmente, as iniciativas de conservação do meio ambiente da nação guineense deverão ter apoio em contrapartida a isso através dos sócios em nações desenvolvidas, isto é, um compromisso moral de contribuir com recursos técnicos e financeiros.

No mesmo contexto, o Relatório de Balanço da Guiné-Bissau para Cimeira Rio+20 (2012) conta que ao se inserir na Agenda 21⁸, o país passou a se responsabilizar por estratégias que objetivam um desenvolvimento socialmente inclusivo, economicamente transitável e ecologicamente racional, isto é, tarefas atribuídos a partir de resultados saídos da Conferência do Rio (1992). Entretanto, o mesmo relatório identifica a postura do país perante tais responsabilidades revelando que foi a partir dessa circunstância que um conjunto de processos de reflexão conjunta entre diferentes entidades estatais e a sociedade civil, que se deu a criação do Conselho Nacional do ambiente (CNA) na Guiné-Bissau após a Cimeira de Rio.

Nessa lógica, sobretudo no âmbito de políticas públicas legislativas que visam orientar diferentes entidades nacionais e internacionais, públicos ou privados que exercem uma influência sobre a exploração ambiental no país, foram criadas oficialmente algumas leis ambientais. Os parágrafos que dão a continuidade deste texto apresentarão as principais leis da Guiné-Bissau sobre o meio ambiente.

A UE-PAANE (2013), sublinha que, tais leis são Instrumentos Legais estabelecidos para ajustar a exploração dos recursos naturais e conseqüentemente regularizam as situações de irregularidades perante a comunidade diminuindo os efeitos negativos desse uso sobre o próprio meio ambiente. Portanto, apresenta-se algumas leis disponíveis no país, entre os quais numera-se: Lei Base do Ambiente, Lei da Terra; Lei Regulamentos da Pesca Artesanal e Industrial; Lei florestal e Leis-Quadro das Áreas Protegidas.

Por um lado, conforme a Boletim Oficial da Guiné-Bissau (2011), um instrumento jurídico, tal como a Lei de Bases do Ambiente possui a legitimidade de garantir a proteção dos recursos naturais, igualmente, permite a sua utilização e gestão de forma racional, podendo desse modo, corresponder com a verdadeira atuação da administração pública nos assuntos ambientais. O documento ainda define que, a alteração climática é a deformação do clima que de certo modo, é o resultado de fatores antropogênicos e as variações climáticas naturais, que alteram a composição da atmosfera global observada entre períodos de tempo comparáveis.

⁸ O Ministério do meio ambiente do Brasil (2003), define que a *Agenda 21* é uma estratégia de ação implementada pela Organização das Nações Unidas, governos e sociedade civil com a finalidade de orientar novos modelos de desenvolvimento no sec. XXI levando em conta o impacto da prática humana sobre o meio ambiente, sendo assim ela se baseia- na sustentabilidade ambiental, social e econômica.

“Assim, a Assembleia Nacional Popular decreta, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 85.º da Constituição, o seguinte: Lei de Bases do Ambiente que estabelece as bases da política e ações sobre o ambiente na República da Guiné-Bissau”, ou seja:

No sentido de materializar uma política de desenvolvimento durável no país, a presente lei tem como objeto, a definição das bases legais para uma utilização e gestão correta do ambiente e seus componentes (GUINÉ-BISSAU, 2011, p. 02).

Por outro lado, existe na Guiné-Bissau uma Rede Nacional das Áreas Protegidas (RENAP) sob a responsabilidade do recém-criado Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP). Esta área constitui uma superfície total aproximadamente de 470.000 ha, que consiste de 7 áreas protegidas tais como: a Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós, as Áreas Protegidas Comunitárias das Ilhas de Urock, Parque Nacional João Vieira e Poilão, Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu; Parque Nacional de Cantanhez (o objeto desta pesquisa); Parque Natural das Alagoas de Cufada e Parque Nacional de Orango (IBAP, 2008).

Note-se que, ainda que exista um plano de proteção e conservação dos recursos naturais, bem como, agentes humanos que atuam dentro desse plano para aperfeiçoar cada vez mais as estratégias de preservação dos ecossistemas, há a presença de conflitos causados com grupos, principalmente as comunidades rurais, cujos interesses e modo de vida entram em choque com as ações estatais.

Some-se a estes conflitos, algumas mudanças recentes no cenário do país. O relatório nacional da cimeira mundial sobre o desenvolvimento sustentável (2012) aponta que, os dados observados nos últimos 30 anos sobre a Guiné-Bissau indicam que a precipitação tem vindo a diminuir reunindo em apenas cinco meses do ano, isto é, de Junho à Outubro, fato que comporta em direção contrária aos dos anos anteriores. Também, devido a fronteira comum que ela faz com países sahelianos, a situação da degradação no país está tornando cada vez mais agressiva.

É certo que há também as mudanças do clima resultantes de atividades antrópicas, a observar: “desflorestação e queimadas incontroladas, exploração madeireira, monoculturas extensivas, corte de essências florestais para produção de carvão e lenha, corte de mangal para a fumagem de pescado, proliferação dos ponteiros, entre outros” (GUINÉ-BISSAU, 2012, p. 22).

Voltando a referir a questão do Estado, já neste caso particular de Guiné-Bissau e considerando a relação que ela estabelece com as organizações nacionais e internacionais compreende-se que a dinâmica de sua intervenção sobre as problemáticas públicas

ambientais no sentido específico, não é exclusivamente determinada pelo próprio Estado, mas sim pelas organizações nacionais e principalmente pelos organismos internacionais.

Podemos perceber isso nas palavras de Luciane O. Ferreira (2013) ao dizer que, a partir de um contexto globalmente integrado, o Estado Nação e os Organismos Internacionais são organizações contemporâneas que comportam certa relação de interdependência. Não obstante, se duma certa forma, os organismos internacionais exercem influência sobre o processo de elaboração das políticas públicas nacionais, o Estado também as apoia por meio de discursos globalmente formulados, pois, lhes servem como mecanismo de empreender um sistema de controle sobre os indivíduos circunscritos ao seu espaço geográfico.

Numa outra perspectiva do raciocínio, sobretudo no que diz respeito aos valores e atributos que o Estado atualmente tem, tais como independência, os privilégios, direitos, e todas forças inerentes à soberania, porém, estamos perante a crise do Estado Nação, isto é, o colapso da soberania do Estado. Este fato nos remete a ideia de que, “[...] o incumprimento dos propósitos constitucionais e inexecuibilidade do contrato social” do Estado fez-se da população refém da sua própria des governação e paradoxalmente o Estado torna-se uma ameaça contra a sua própria população” (JURGEN, 2000 apud MANÉ, 2014, 21).

Para Iussufi Mané (2014), os recursos ambientais servem como fonte de conflitos permanentes gerando exclusão social, pobreza e assim provocando insegurança humana. Nesta lógica, Geny Gil Sá (2018) aponta que, apesar de todas potencialidades naturais que a Guiné-Bissau dispõe, existe ainda uma baixa capacidade produtiva no país devido fatores políticos que causaram a ocorrência de desordem na exploração dos recursos ambientais.

5.4 Parque nacional matos de Cantanhez

A descrição de IBAP (2014) nos apresenta dados que revelam as matas de Cantanhez possuem 105 800ha de superfície total e que se localizam na região de Tombali, no sul do país. Fazem fronteira com a vizinha Guiné-Conacri no seu limite oriental, e grande parte da área se encaixa entre os rios Cacine e Cumbijã incluindo a ilha de Melo. A maior floresta guineense que representa o limite setentrional de áreas sub húmidas com maior desenvolvimento são as matas de Cantanhez, cuja importância

faunística e de flora, bem como a diversidade biológica são extremamente excepcionais. Nesta floresta, registram-se cerca de uma centena de espécies de mamíferos e mais de 200 espécies de aves recenseadas.

Dado a relevância desse lugar, sobretudo no que tem a ver a biodiversidade, a *World Conservation Monitoring Centre* (WCMC) o considerou como um dos nove sítios naturais mais importantes na Guiné-Bissau (Silva *et al.*, 2001 apud Catarino, et al., 2012).

Ainda, o IBAP (2014) sublinha que a população local, na região de Tombali no qual este parque nacional se localiza, é cerca de 23 000 habitantes, cujo tabancas e etnias são diversificadas. As principais etnias são: *Nalus*, *Sussos*, *Balantas*, *Fulas*, *Tandas* e *Djacancas* e a atividade de maior relevância econômica destes grupos étnicos é o cultivo de arroz de bolanha, plantio de pomares de diversos frutos, arroz de sequeiro, exploração dos produtos da palmeira, pesca e caça.

Para Catarino, et al. (2012), o histórico de relações dessas populações residentes com a natureza é o resultado do atual estado dos recursos naturais nessa região, nesta lógica, trata-se de valores tradicionais ligado ao sistema de gestão dos recursos naturais, sobretudo da etnia Nalu, que admitiu a preservação dos recursos de forma bem conservada. Ainda, os autores salientam que a equilibrada interação entre essa população e a natureza é em grande parte o resultado da aquisição, transmissão e utilização de saberes agrícolas, botânicos e de farmacopeia tradicional pelas populações locais.

A partir dessa perspectiva, os pesquisadores reiteram que a futura preservação das matas do Cantanhez só poderá ser duradoura se contar também com a participação e o empenho dos residentes locais dessa região.

5.5. Diferentes concepções entre correntes do Ecologismo

A obra de Joan Martínez Alier (2014), conhecido por “*O Ecologismo Dos Pobres*” é privilegiada nessa sessão por ter trazido um cenário que revela a proliferação dos conflitos pelo acesso a recursos naturais e a relação entre avanço econômico e o uso do meio ambiente. Joan alega nessa obra que, frequentemente os pobres apoiam mais a conservação do meio ambiente, todavia, sofrem muito mais das implicações dos conflitos ambientais do que as potentes e ricas nações. A partir desta sua obra, podemos vislumbrar três diferentes concepções sobre aquilo que historicamente pode ser entendido como os movimentos de lutas ambientais.

Para o autor, a primeira delas seria “*o culto ao silvestre ou a vida selvagem*” sendo um movimento que não apresenta nenhuma consideração ou opinião a respeito da indústria ou urbanização, mas se opõe contra o crescimento econômico e populacional, pois preocupa-se seriamente com a preservação da natureza. Esta ideia é cientificamente protegida pela ideologia da biologia conservadora.

O segundo tipo de ecologismo, é constituído pelo o “*credo da ecoeficiência*” (ALIER,2014, p. 38). Trata-se de uma corrente que pondera questões de sustentabilidade ou uso prudente dos recursos naturais e também o controle de contaminação não apenas no contexto industrial, mas inclui-se a agricultura, a pesca e a silvicultura. Segundo a visão dessa corrente, as novas tecnologias e a internalização das externalidades formam categoricamente condições da modernização ecológica. Esta é uma concepção adotada tanto pela ecologia industrial como também pela ecologia ambiental.

Já a última corrente, isto é, o “*movimento pela justiça ambiental*”, ou o “*ecologismo popular*”/“*ecologismo dos pobres*”, dirige a sua atenção aos conflitos ambientais provocados pelo crescimento econômico e pela desigualdade social. Tais conflitos giram em torno do acesso às florestas, do uso da água, das cargas de contaminação e do comércio ecológico desigual ou do uso desequilibrada de recursos ambientais por meio de comercialização.

Podemos perceber que esta última corrente envolve uma camada menos privilegiada da sociedade e, é onde a sociedade civil dinamiza estratégias de resistência contra a injustiça social e ambiental face a operacionalização das chamadas políticas públicas do Estado nacional e das ONGs internacionais. Vale notar que isso ocorre sobretudo na zona rural dos países do sul global.

A ilustração de Neera Chandhoke (2002) pode servir para a compreensão dessa situação. Ele informa que desde a década de 1980 a ideia de sociedade civil foi facilmente sequestrada por um novo conjunto de atores que apareceram no cenário das questões públicas, atores estes que são as organizações não-governamentais-ONGs. As últimas deveriam funcionar em suas próprias missões sob um olhar de que a sociedade civil é sinônimo de organizações voluntárias. No entanto, as ONGs constituídas por voluntários de classe média, altamente profissionais e, na maioria das vezes, burocratizadas, entram em regiões dos países pobres despolitizando suas estruturas políticas de poder e de necessidade na medida em que atribuem significados às suas lutas e demandas. Essas ONGs não apenas estão armadas com suas próprias ideias sobre o problema, como

também têm suas próprias ideias sobre como o problema deve ser negociado e o que as pessoas locais devem fazer a respeito.

5.6 A concepção Nalu⁹ sobre o meio ambiente: “*os dunus di tchon*”

O grupo étnico *Nalu* originalmente provinha do Sudão, no interior da África, e foram os primeiros a povoar na região Tombali, no sul da Guiné-Bissau (MENDEY, 1968 apud CÁ 2008).

Augusto Cá (2008) ressalta que o fato dos nalus serem os primeiros a ocupar essa região motivou que esta ganhasse o topônimo de *tchon di Nalu*, que significa a terra dos nalus. O pesquisador aponta que a história dessa região pode ser assemelhada com o do País porque foi ali que a luta de libertação nacional se desencadeou, sobretudo nos Matos de Cantanhez.

A concepção Nalu sobre a natureza é diferente da concepção ocidental. Eis um exemplo: na essência da sua cosmologia o terreno não é comercializado por não ser considerado como uma mercadoria. Por isso, a transferência de um terreno ou espaço em termos de venda é pensada em função dos investimentos permanentes, tais como: diques e pomares efetivados (TEMUDO, 1998, apud TEMUDO 2009).

Segundo Marina Padrão Temudo (2009), este fato pode ser percebido no sistema de organização da terra que é dividido em três grandes classes: o primeiro trata-se de uma parte da terra atribuído a uma determinada povoação que inclui terrenos de habitação e dos cultivos; a outra parte compõe o que é designado como “matos malgosse\malgossado¹⁰” - estes são compostos por pequenos nichos florestais localizados nas matas mais densas e muito húmidas. Geralmente são lugares do culto e nenhum recurso pode ser retirado desse local, pois servem absolutamente como uma reserva. O acesso a esses matos é proibido e apenas “*donos do chão*” podem intervir ou ajudar em qualquer necessidade requerido por alguém da outra linhagem, no qual se informam o

⁹ O substantivo *Nalu* refere-se a um dos grupos étnicos da Guiné-Bissau que foram os primeiros a habitarem na região Tombali no sul do país. São considerados os proprietários da terra em que estão localizadas as matas de Cantanhez.

Tchon Nalu na língua crioula da Guiné-Bissau significa a terra dos nalus (grupo étnico). Também *dunus di tchon* significa donos da terra.

¹⁰ “Para Marina P. Temudo (2009, p. 07) os “matos *malgosse*” são pequenos nichos florestais (situados nas florestas densas sub -húmidas) onde se encontram os locais de culto e que pelas descrições são espaços relativamente circulares com uma área inferior a um hectare”.

Irã¹¹ que aí se habita. Em terceiro lugar, os recursos das florestas que rodeiam os chamados ‘matos malgosse¹²’ são de uso restrito, permitido aos habitantes para a caça, a colheita de mel, de lenha, frutas e raízes silvestres, porém fica sujeito a pedido de autorização os cortes de grandes árvores para a construção de canoas, pilões e de traves para as casas, visto que, tradicionalmente se diz que estas árvores são em termos rituais *mangidas* e qualquer indivíduo que os cortasse sem autorização receberia uma maldição. Estas são zonas vistas como reservas que futuramente poderão servir de uso.

O conhecimento tradicional do grupo étnico Nalu, através da sua forma de preservação da natureza e de acesso aos recursos naturais, nos remete ao pensamento de Bruno Latour (1987 apud SOUSA SANTOS, 2005, p. 60) que nos diz o seguinte:

Se consideramos a diversidade de populações que, no mundo, possuem conhecimentos sobre os ecossistemas em que vivem e sobre as características dos seres vivos que os integram, e se admitimos que esses conhecimentos são ponto de passagem obrigatórios para a construção da biodiversidade enquanto objeto da ciência, facilmente se conclui que o conhecimento efetivamente existente sobre ecossistemas, espécies e organismos vivos é muito mais vasto do que aquele que está “ oficialmente” em bases de dados construídas por instituições científicas.

5.7 Conflito ambiental no sul da Guiné-Bissau: o caso de Cantanhez na região de Tombali

Pretende-se trazer à tona a abordagem crítica a respeito da intervenção do Estado guineense e dos organismos internos e externos sobre a preservação do meio ambiente no sul da Guiné-Bissau.

Para apropriar-se destas últimas seções que compõem o objeto deste projeto de pesquisa, gostaria de primeiramente deixar claro que o número de artigos na área de conflitos ambientais na Guiné-Bissau são muito poucos, razão pelo qual, a minha abordagem se restringirá, neste momento, a trazer à tona as narrativas da Marina Padrão Temudo nas suas duas obras intituladas *The White Men Bought the Forest”: Conservation and Contestation in Guiné-Bissau, Western África (2012)*, e *a Narrativa da degradação ambiental no sul da Guiné-Bissau (2009)*. Também trabalharei com a obra de Carlos

¹¹ *Irã*- “Termo do crioulo da Guiné-Bissau que designa os espíritos dos ancestrais que habitam com os indivíduos na comunidade. No caso dos nalus fazem parte dos proprietários da terra”

Lopes intitulada *Crise ecológica e conflitos sociais na Guiné-Bissau* (1988), ainda, citarei indiretamente outras fontes da autora e farei o complemento com outras citações.

Primeiramente, a ilustração do Carlos Lopes (1988), nos aponta uma análise crítica em relação às questões que o projeto procura discutir, pois o autor alega que:

As formas de gestão pelo Estado introduzem modificações substanciais neste esquema, não se fazem pacificamente (deslocação de população na Etiópia, por ex.) ou, se fazem, levam muito tempo a ser aceite. Normalmente até não são inteiramente aceites, antes se desenvolvendo uma atitude de adaptação conformista a determinados esquemas de rendimento, que não põem em causa métodos e técnicas. Ora, é neste domínio que devem procurar grandes transformações para não destruir o meio ambiente (LOPES, 1988 p.31).

No que diz respeito ao período da luta armada, sobretudo no que refere a sua consequência sobre a população de Cantanhez, a dissertação de Gonçalo Casimiro Salvaterra (2017) nos explica que os ataques dos aviões portugueses e a convocação dos homens para a frente de guerra contra o colonialismo resultou no abandono dos terrenos e reduziu significativamente os números de bolanhas.

Adentrando ainda nesta matéria, Marina Padrão Temudo (2009), descreve que durante este processo o sistema de gestão local dos recursos naturais foi muito afetado visto que a sobrevivência e a dinâmica do povoamento foi fragmentado, dividindo os autóctones de *Cubucaré* entre as povoações aquarteladas (Bedanda, Cabedú, Cadique, Iemberém, Guiledge), servindo assim como zana de refúgio da população que se encontrava ao lado do partido africano para a independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), em particular as florestas densas cujo acesso era limitado. Igualmente, a nacionalização da terra depois da independência foi um dos fatores que destituiu o poder da autoridade tradicional no processo de preservação da natureza, sendo, entretanto, substituída pelos representantes do Estado. Porém, este sistema estatal de guardas florestais (guardas de matu) foi totalmente frágil devido à falta de meios de transporte, o baixo salário e o pouco número de guardas, razões que os conduziram a não serem honestos. Consequentemente, o conceito de democracia que provém das eleições de 1994¹³ tornou motivo das contestações por parte das outras etnias à hegemonia Nalu sobre preservação dos recursos naturais.

¹³ As primeiras eleições em 1994 trouxeram o conceito de democracia entendido por restantes de etnias da região de Tombali como igualdade perante os direitos nacionais e locais, sobretudo na preservação ambiental, motivo pelo qual se contestaram à hegemonia do grupo étnico Nalu sobre a sua forma de utilização e preservação do meio ambiente (TEMUDO, 2012-grifo nosso).

O mais importante ainda para ressaltar é que o processo que originou a criação do parque de Cantanhez teve início em 1992, através de apoio do escritório local da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e de vários outros doadores que estimularam as três ONGs recém-criadas por servidores públicos a implementarem um projeto designado por “salvaguarda das florestas de Cantanhez”. Neste processo foram nomeadas as associações ou instituições introduzidas externamente cujo representatividade foi muito limitada, fato que alterou a articulação do poder tradicional gerontocrático e monoétnico dos “donos do chão” dispondo-o para as organizações criadas exogenamente “de cima para baixo”, dos guardas de matos e comités de gestão interétnicos (TEMUDO, 2012).

Com isso podemos notar que, o projeto “*salva guarda de florestas de cantanhez*” foi uma das causas do conflito entre agentes internos e externos sobre a preservação ambiental nessa região.

Esse fato pode ser esclarecido primeiramente de seguinte forma: o documento deste projeto não contou com a participação da população da região. Contrariamente, apenas agentes externos e um pequeno grupo de associações de agricultores e ONGs foram vistos como os principais "protagonistas" do projeto (AD et al.1992 apud TEMUDO, 2009).

Ainda a escritora salienta que a questão mais grave relativa a este problema é que o projeto demarcou as manchas florestais extrapolando as áreas dos antigos “matos *malgosse*” e zonas tampão, o que gera um grande sofrimento à população, porque percebem que o acesso aos recursos está sendo reduzida a um número restrito de produtores (TEMUDO 1995 apud TEMUDO, 2009).

Portanto, trata-se de um conflito político pela hegemonia e controle dos recursos, igualmente, trata-se de uns conflitos entre diferentes atores no âmbito local e, entre estes com atores externos que tentam aplicar outras formas de conservação dos recursos naturais num contesto em que as percepções sobre a natureza, práticas e conhecimentos são totalmente diferentes (TEMUDO 1995 apud TEMUDO, 2009).

Essa situação gerou contestação e acusações no cheio da população local, sobretudo por parte dos Nalu, visto que:

A livre entrada nos “matos”, outrora considerados *malgosse*, dos técnicos do projeto e de investigadores, financiadores e avaliadores “os brancos” em simples visitas ou em missões de estudo para as quais não é pedida autorização aos “donos do chão”, vem criar a ideia nas restantes etnias de que “os nalus venderam os matos aos brancos”. Paralelamente, os nalus não compreendem qual a razão da escolha das suas florestas pelo projeto – havendo outras na

Guiné-Bissau, suspeitando que se trataria de uma tentativa para lhes roubar os *irãs*. Agentes externos e financiadores são acusados de, através do projeto, tentarem estabelecer contratos com os *irãs* para os levarem consigo (TEMUDO, 2009, p.14).

Ainda, a escritora revela que, a necessidade de intervenção foi construída em torno do argumento de que existe uma taxa crescente de desmatamento das "últimas relíquias" da floresta sub-húmida do Sul (cantanhez) que tinha que ser protegida do crescimento populacional e da agricultura itinerante. Essa ideia também foi baseada em uma suposição implícita de que nenhuma instituição de gestão de recursos naturais existia no lugar. Por esta razão, os habitantes locais, em particular os *donus de tchon* alegam através duma entrevista que:

“Desde os nossos pais que há matos que a população nunca desmatou”; “Nós não precisamos que nenhum projeto nos venha dizer para guardarmos o mato. Se eles quando chegaram viram os matos aqui, foi porque nós os guardámos desde o tempo dos nossos avós” (TEMUDO, 2009 p.14)

Houve um momento em que essa ONGs fracassou devido problemas internos que culminaram com a guerra civil de 1998\1999, porém, devido à vitória eleitoral de um partido maioritariamente “*balanta*” num contexto em que o Estado era percebido como o partido dos violadores e as ONG mandatárias de um poder que vinha “mais de cima” da “Terra de Branco”, tornou-se fácil e bem recebida a auscultação dos técnicos da UICN aos régulos *nalus* a respeito de conservação das florestas de *Cantanhez* através da implementação de um novo projeto. Mas, os jovens da região contestaram contra a sua reconstrução, percebendo que os régulos, devido aos benefícios pessoais, foram enganados na negociação com agentes externos aceitando decisões que prejudicariam diretamente à região. Por esta razão, decidiram criar suas próprias associação designada por *União dos Comitês de Cogestão dos 15 Matos Reservados de Cantanhez* (UCCMRC) justificando que os “brancos” e as ONG locais deveriam adequadamente retribuir para que as matas fossem preservadas, caso valorizarem as suas florestas. (TEMUDO, 2009, 2012).

Marina Patrão Temudo (2009, 2012) conclui com um questionamento: na perspectiva de mercado de ajuda ao desenvolvimento esse “património sagrado” alcançará o “património mundial” em contrapartida de quê? Aliás, “o liberalismo triunfa e as florestas parecem estar a libertar-se do seu valor simbólico para se tornarem uma mercadoria no eco mercado mundial” (TEMUDO, 2009, p.15).

Foi nesse âmbito que propomos investigar diferentes concepções sobre o meio ambiente articuladas no contexto em que as diferentes perspectivas aí presentes determinam a forma de preservação ambiental. Também ainda fica algumas inquietações

sobre essa problemática no que concerne ao período pós a criação do parque de Cantanhez.

Como foi referido anteriormente, hodiernamente são criadas no sul do país algumas zonas reservadas ou parques nacionais da qual o de Cantanhez faz parte, incluindo os da região de Bolama Bijagós, que está sob a responsabilidade de Instituto de biodiversidade e das áreas protegidas-IBAP. A partir do plano estratégico dessa instituição pública, formula-se o seguinte:

A biodiversidade da Guiné-Bissau é conservada de forma sustentável em benefício do desenvolvimento das gerações presentes e futuras”. Esta visão permitiu precisar a missão do IBAP: “Gerir de forma participativa e eficaz as Áreas Protegidas e os recursos estratégicos da biodiversidade, valorizando os conhecimentos científicos e saberes tradicionais, favorecendo sinergias e parcerias ao nível local, regional e internacional” (IBAP 2008, P. 15).

As indagações que se seguem não têm propósito na verdade de desvalorizar o trabalho do estado guineense (IBAP) sobre a preservação ambiental, pelo contrário, estamos preocupados com o que tem vindo a passar com o nosso povo e a nossa biodiversidade. Porém, curiosamente, na posição de um investigador ou leitor que acompanha as narrativas apresentadas acima sobre as vicissitudes que ocorreram entre os atores identificados bem como a declaração dessa instituição pública do país, torna-se necessário questionar o seguinte:

Será que depois da criação do parque nacional de Cantanhez existe um reconhecimento total sobre a potencialidade e autonomia da população local como sendo uma categoria capaz de contribuir para a preservação das florestas de cantanhez?

Ou seja, de que maneira o estabelecimento dessas estratégias vislumbram os saberes tradicionais nos dias atuais? E como o poder, o saber e o cotidiano da população local é inserido nesse quadro de gestão participativa? Será que essa gestão participativa é visível no cotidiano dessa população?

O discurso sobre a biodiversidade é, de fato, um conjunto de discursos em que se cruzam diferentes conhecimentos culturais e estratégias políticas. Ainda que esta rede seja dominada por instituições do Norte (Organizações não-governamentais-ONGs-, jardins botânicos, instituições de pesquisa e universidades, empresas farmacêuticas etc.), o conhecimento por elas produzido tem sido também usado de forma “subversiva” através da sua apropriação por movimentos sociais do Sul e pelos seus aliados e a sua reinscrição noutras constelações de poder-saber. (SOUSA SANTOS, 2005 p. 61).

Adentrando neste assunto, Augusto Cardoso (2016), contudo discorre sobre o trabalho do Estado guineense (IBAP) sobre a preservação ambiental. Ele nos mostra que existe uma semelhança entre o modo de governança do Estado guineense com o processo

de invasão ocidental nos territórios tradicionais africanos. O autor alega que a comunidade étnica tradicional é coagida a admitirem a administração política autoritária do novo colonizador. Ao falar das ONGs, salienta que o controle dos países designados periféricos pelos hegemônicos como uma nova forma de invasão ocidental em que alguns sítios nacionais se tornam patrimônios mundiais através da notória cooperação bilateral internacional.

Até aqui podemos perceber que as estratégias políticas no plano nacional e internacional em embate com saberes tradicionais acabam por desestruturar os valores das populações distantes de grandes metrópoles. Sendo assim, as matas do sul da Guiné-Bissau, em particular as da Cantanhez, não têm como escapar da força do capital embutido nessa lógica estratégica do Estado e das ONGs. E isso é historicamente notório nesta problemática onde as relações se tornaram conflituosa devido à “preservação” do meio ambiente (Cantanhez), motivo pelo qual este projeto pretende identificar as diferentes concepções sobre o meio ambiente articuladas pelos atores em conflito sobre a preservação de florestas de Cantanhez.

6. METODOLOGIA

Investigar as diferentes concepções sobre o meio ambiente dos atores envolvidos em um conflito, tal como o projeto propõe, envolve igualmente estudar qualitativamente como suas ações desenrolaram ao longo do conflito.

Optamos realizar uma pesquisa qualitativa por termos percebido que é um mecanismo muito eficaz para analisar e interpretar os conteúdos ligados ao nosso estudo de caso. Nós podemos perceber então que “a pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano” (CRESWEL, 2010, p. 26). Porém, para realizarmos esta investigação precisamos primeiramente efetuar um passo inicial definido como uma das primeiras estratégias práticas e decisivas quer na descoberta do problema em questão como também na constituição das futuras etapas do mesmo.

Na concepção de Robert K. Yin (2010), essa etapa seria a proposição atenciosa das questões ou objetivos da pesquisa que ocorreria primeiramente através de revisão minuciosa da literatura e com enfoque nos processos formais. Igualmente, ele reitera que o pesquisador ao utilizar o método de estudo de caso estaria em condição de reter as características profundas e significativas dos eventos.

Para que possamos adequar de uma forma a outra com os procedimentos materializadores deste estudo de caso, decidimos utilizar um meio de investigação designado por *pesquisa de campo*. Desejamos não apenas inteirar do objeto deste estudo no âmbito teórico, mas também olhar de forma mais prática e concreta aos eventos históricos que foram desencadeadas durante o processo de exploração e preservação do meio ambiente nas florestas de Cantanhez. Como já havíamos dito, esta pesquisa de campo será feita no sul da Guiné-Bissau, junto da população situada na zona de Florestas de Cantanhez, região administrativa de Tombali, principalmente no sector de Cubucaré e centralizarei basicamente nas aldeias de Iemberem e Cadique.

Desse modo, a observação participante será indispensável nesta pesquisa, visto que ela é uma modalidade especial no estudo de caso que admite ao investigador realizar a coleta de dados e informações por meio de comunicar com a comunidade, não sendo apenas passivo, mas também participando face a face da vida do grupo. (MARTINS, 2008).

Essa participação da vida do grupo vai requer uma entrevista semiestruturada entendida como um procedimento metodológico que para Eduardo José Manzini (2003 apud MANZINI, 2004), ela possibilita o pesquisador formular antecipadamente um roteiro com questionários essenciais que visam alcançar o objetivo de pesquisa.

Também recolheremos dados através dos documentos estatais e das ONGS (legislação ambiental e entre outros) que atuam na preservação da natureza no país, principalmente os que são direcionados a região de Tombali.

7. REFERÊNCIAS

- ALIER, Joan Martínez, **O Ecologismo Dos Pobres: Conflitos Ambientais E Linguagem De Valorização**. 2^o ed. IN: São Paulo: Contexto, 2014.
- BRITO, B. R. **Preservação ambiental e turismo de natureza em área protegida: iniciativas e experiências em contexto africano**. IN: *Nature and Conservation*, 2013.
- Cá, Augusto. **Estudos Sobre Caça e Mercado de Primatas em Tombali, Sul da Guiné-Bissau**. IN: Universidade Federal de Minas Gerais Instituto de Ciências Biológicas Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre. 2008.
- CARDOSO, Augusto. **Administração Política e Saber Bijagós: uma perspectiva analítica de conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau**. Revista Brasileira de Administração Política, v. 6, n. 1, p. 71, 2016.
- CATARINO, Luís et al. **As florestas de Cantanhez (Guiné-Bissau) Vegetação, alteração do coberto do solo e utilização dos recursos naturais**. Notas técnicas, P. 43, 2012.
- CHAKRABARTY, Dipesh, **o clima da história: quatro teses**. Publicado originalmente em: *Critical Inquiry*, 35 (2009). Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/159444666/Dipesh-Chakrabarty-O-clima-da-historia-quatro-teses>. Acesso, Jul. 2018.
- CHANDHOKE, Neera. **The Conceits Of Civil Society**. IN: New Delhi, OUP, 2002; Disponível em: <https://www.academia.edu/RegisterToDownload#Download> Acesso: 07 Ag. 2018
- CRESWELL, JHON W. Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. 3 ed. IN: Porto alegre: Artmed, 2010.
- Crutzen, J. Paul, Geology of mankind**. IN: Macmillan Magazines Ltd, 2002. Disponível em: <http://courses.geo.utexas.edu/courses/387H/PAPERS/Crutzen2002.pdf>. Acesso 15 jul. de 2018.
- DE SOUSA SANTOS, Boaventura. **Semear Outras Soluções, Os Caminhos Da Biodiversidade E Dos Conhecimentos Rivaís**. IN: Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 2005.
- DOS SANTOS, João C. R. Marques, **Degradação Ambiental Na África Subsahariana: Modelos explicativos para os principais problemas**. IN: Instituto superior de agronomia-universidade técnica de Lisboa. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1939/1/Tese%20C3%81>
- DUARTE, T. Ribeiro. **Aquecimento global: verdade inconveniente ou teoria falsa**. IN: História da ciência no cinema 5/ 2014. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/vfflmquy68ubv10/Aquecimento_Global_Verdade_Inconveniente.pdf?dl=0, acesso no dia 04 Dez. 2017.
- FERREIRA, Luciane Ouriques. **Medicinas indígenas e as políticas da tradição: entre discursos oficiais e vozes indígenas**. IN: SciELO-Editora FIOCRUZ, 2013.
- FERREIRA, Luciene Ouriques, Estado-Nação, Poder E Modernidade: Revisitando Conceitos. IN: Medicinas Indígenas E As Políticas Da Tradição: Entre Discursos Oficiais E Vozes Indígenas. (Online) Rio De Janeiro: Editora Fiocruz. 2013, disponível em: <http://books.scielo.org/id/f48w3/pdf/ferreira-9788575415108-03.pdf>. Acesso em: Jul. 29 de 2018.
- GODINHO, Clarissa Prates. *et al.* **Conflitos ambientais e as contradições do desenvolvimento sustentável: o caso da Mineração em Conceição do Mato Dentro/MG e suas consequências**. Disponível em: <http://abep.org.br/xxencontro/files/paper/849-852.pdf> acesso em: Ag. 07 de 2018.
- GUIDDENS, Anthony. **O estado e a violência**: Segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. 1 ed. In: editora de universidade de São Paulo. 2008
- HEUMINSKI, DE ÁVILA; MARIA, Ana. Uma Síntese do Quarto Relatório do IPCC. Revista interdisciplinar dos Centros e Núcles da Unicamp, 2007.
- IBAP, **Estratégia regional para as áreas protegidas marinhas na África ocidental**. 2014, disponível em: http://www.prcmarine.org/sites/prcmarine.org/files/12c_estrategia.pdf acessível no dia 07 Set. 2018
- IBAP, Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas, **Plano De Gestão Do Parque Nacional De Orango 2008-2018**. Disponível em acesso em: Jul.10 de 2018.
- INEC, **Guiné-Bissau Em Números**. 2005, disponível em: http://www.stat-guineebissau.com/publicacao/GB_Numerofinal_Publica%C3%A7%C3%A3o1.pdf acesso em: 18 Set. 2018.
- LATOURE, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Editora 34 Ltda, (edição brasileira), 1994.
- LEITE, José Correa. **Controversies in climatology: IPCC and the anthropogenic global warming**. IN: *Scientiae Studia*, v. 13, n. 3, p. 643-677, 2015.
- LOPES, Carlos. **Crise Ecológica e conflitos sociais na Guiné-Bissau**. In: Revista de estudos guineenses (INEP), Diretores: Carlos Lopes, AbdulaiSlá, Carlos Cardoso; n 006; 1988.
- MALUA, Rajabo Caetano Bernardo. *Ecosistema de mangal no canal de Chiveve (Ponta-Gea--Goto) Beira*. 2014.

- MANÉ, Iussufi, **O Desafio Da Segurança Na República Da Guiné-Bissau – Que Vias Estratégicas De Exequibilidade Da Reforma Do Setor De Segurança Para A Saída Da Crise?** IN: universidade nova de Lisboa- Faculdade de ciências sociais e humanas. 2014.
- MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semi-estruturada: Análise de objetivos e de roteiros. II.** IN: Seminário internacional de pesquisa e estudos qualitativos. Anais... Bauru: Universidade do Sagrado Coração, SE&PQ, 2004.
- MARTINS, Gilberto De Andrade. **Estudo de caso: uma abordagem de pesquisa.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- NUNES, Maria Do Carmo. **Workshop Do Projeto Tecnologias Geoespaciais Na Demarcação E Gestão Da Fronteira Da Guiné-Bissau.** IN: Livro de Atas do Workshop do Projeto-GEOBOUND, 2016 disponível em: [file:///C:/Users/jaime%20indi/ Downloads/Livro_WorkshopGEOBOUND_Net.pdf](file:///C:/Users/jaime%20indi/Downloads/Livro_WorkshopGEOBOUND_Net.pdf) acesso em: 18 Set. 2018.
- ORESKE, Naomi. **The Scientific Consensus on Climate Change: How Do We Know We are Not Wrong.** 2007. Disponível em: <http://www.project2061.org/events/meetings/Climate2010/includes/media/NotwrongClimateChange.MITPresspdf>. Acesso em: 23 jun. de 2018.
- RGB, **Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade.** IN: Ministério de Desenvolvimento Rural e Agricultura, Recursos Naturais e Ambiente-Programa de Nações Unidas para Desenvolvimento disponível em: <http://www.didinho.org/arquivo/planodeaccaoparaabiodiversidadenaguinebissau.pdf> acesso em: Jul.10 de 2018.
- RGB, **Lei de Bases do Ambiente. 2.º Suplemento Ao Boletim Oficial Da República Da Guiné-Bissau N.º 9,** 2011. Disponível em: <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/gbs118164.pdf> Acesso em: Mar.20 de 2018.
- RGB, **República Da Guiné-Bissau, Secretaria De Estado Do Ambiente E Do Turismo. Relatório Nacional** IN: Cimeira Mundial Sobre O Desenvolvimento Sustentável, 2012 disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/977guineabissau.pdf> acesso em: Jul.10 de 2018.
- SÁ, Geny Gil. et all. **Pesca artesanal na bacia do rio Buba, Guiné-Bissau/África: uma análise multidimensional.** IN: Novas Edições Acadêmicas, 2018.
- SALVATERRA, Gonçalo Casimiro et al. **Ambiente e mudança na Península do Cubucaré, Tombali: comunidades no Parque Nacional das Florestas de Cantanhez.** 2018. Tese de Doutorado.
- TEMUDO, Marina Padrão. **A narrativa da degradação ambiental no sul da Guiné-Bissau.** IN: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etnografica/1341>
- TEMUDO, Marina Padrão. **Conservation and Society: “The White Men Bought The Forests”: Conservation And Contestation In Guinea-Bissau, Western Africa.** IN: Tropical Research Institute, Lisbon, Portugal and African Studies Center, University of Oxford, UK, 2012.
- UE-PAANE – Programa de Apoio aos atores Não Estatais “Nô Pintcha Pa Dizinvovimentu” **Manual Sobre Ambiente e Conservação.** Revisada por Ana Teresa Forjaz, 2013. Disponível em: http://www.ue.org/files/4914/6055/5535/9_Manual_Ambiente_e_Conservacao.pdf Acesso em: Jul.10 de 2018.
- UNIOGBIS. **Florestas Da Guiné-Bissau Ainda Em Risco Apesar De Bom Sistema De Proteção.** Gabinete Integrado Das Nações Unidas Para A Consolidação Da Paz Na Guiné-Bissau-Uniogbis, 2017 Disponível Em: <https://uniogbis.unmissions.org/dmf-florestas-da-guin%c3%a9-bissau-ainda-em-risco-apesar-de-bom-sistema-de-protec%c3%a7%c3%a3o>. Acesso em: Ag. 26 de 2018
- YAMAKOSHI, Gen Leblan Vincent. **Conflicts between indigenous and scientific concepts of landscape management for wildlife conservation: human-chimpanzee politics of coexistence at Bossou, Guinea.** Revue de primatologie, n. 5, 2013.
- YEARLEY, Steven. **Sociology and Climate Change after Kyoto: What Roles for Social Science in Understanding Climate Change?** IN: *University of Edinburgh, UK.* - Current Sociology, vol 57, no. 3, pp. 389-405. Disponível em: org/2f90/532_076715377bdfea81dbedc63f8d125558f.pdf. Acesso em: 23 jun. de 2018.
- YIN, K. Robert. **O estudo de caso: planejamentos e métodos.** 4.ed. São Paulo; Vila Anastácio 2009.ZHOURI Andréa; KLEMENS Laschefski. **Conflitos Ambientais-Panorama histórico interpretativo.** Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wpcontent/uploads/2014/04/ZHOURI_LASCH_EFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf. Acesso em: 15 Jul. 2018.